

## **Arcabouço Legal da Indústria de Água Mineral do Brasil**

*Lucio Carramillo Caetano<sup>1</sup>, Glaucio Silva de Carvalho<sup>1</sup> Rafael Bittencourt Kiffer<sup>1</sup>, Davi Miranda da Silva<sup>1</sup>, Henrique Locha Ribeiro<sup>1</sup>, Joelcio José da Silva Junior<sup>1</sup>, Mario Victor Alves Dutra<sup>1</sup>, Vitor Muniz<sup>1</sup>*

<sup>1</sup>UFRRJ

A característica especial desse bem mineral , que é também um medicamento, um alimento, uma bebida (soft drink) e um recurso hídrico (água subterrânea). Implica na participação de inúmeras entidades na gestão deste recurso. Por se tratar de um recurso mineral a legalização de sua indústria faz através de órgãos vinculados ao Ministério de Minas e Energia(MME) tais como:

Departamento nacional de produção mineral (DNPM) e Companhia de recursos minerais (CPRM). Esta inclui-se na gestão do Ministério de Minas e Energia a ação medicamentosa desse bem mineral. Por ser um alimento (bebida) a gestão deste bem passa também por órgãos ligados ao Ministério da Saúde (MS) tais como: Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) vigilâncias sanitárias estaduais, vigilâncias sanitárias municipais. Por se tratar de uma água subterrânea necessita do Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNARH). São necessários ainda a obtenção de registro no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) as licenças ambientais fornecidas pelo órgão estadual do meio ambiente.

Como qualquer indústria , o alvará de localização fornecido pela prefeitura municipal e o habite-se do Corpo de bombeiro são imprescindíveis. Esse conjunto de títulos acabam por ampliar as etapas do processo burocrático para o funcionamento da indústria.

Objetiva-se nesse trabalho divulgar o arcabouço legal para a montagem de uma indústria de água mineral envasada no Brasil.

Palavras chaves: Água mineral, Órgãos, Indústria